

GT43: Experiências e dinâmicas de participação indígena em processos eleitorais e em cargos nos poderes executivo e legislativo

Ricardo Verdum, Luís Roberto de Paula

A participação indígena em processos eleitorais tem recebido ainda tímida atenção por parte da etnologia indígena e das Ciências Sociais de modo geral. Quando o tema vem à baila, é comum menções ao mandato do deputado federal Mário Juruna Xavante (1983-1987) ou, mais recentemente, à candidatura indígena de Sonia Guajajara à vice-presidência da República em 2018 ou ao mandato da deputada federal Joenia Wapichana, eleita em 2018. Por outro lado, estudos recentes demonstram que nos últimos 45 anos o número de mandatos indígenas em nível municipal passou de 600. (De Paula 2017; Verdum & De Paula 2020a, 2020b; Verdum 2022). Diante desse contexto, o interesse desse GT é o de dar continuidade a reunião de pesquisadores/as indígenas e não-indígenas que têm se dedicado a investigar essa temática nos últimos anos. Interessa-nos trabalhos que descrevam e analisem: a agência e a agenda indígena individual e coletiva em processos eleitorais; a dinâmica da relação entre indígenas (candidatos ou eleitos) e o movimento indígena; os processos de construção de candidaturas e mandatos indígenas e sua relação com os partidos políticos; a participação do eleitorado indígena e não-indígena nas candidaturas e nos mandatos indígenas conquistados; as conquistas e limites da participação e autodeterminação indígena no sistema eleitoral; biografias e trajetórias de indígenas que conquistaram mandatos; o debate sobre sistema de quotas indígenas em espaços eleitorais institucionais. Dossiê em preparação.

Candidaturas indígenas no extremo sul da Bahia

Autoria: Cinthya Valéria Nunes Motta Kós

Neste trabalho iremos focar a aproximação, inserção e desenvolvimento de grupos indígenas com as instituições políticas do Estado, mais especificamente na participação em pleitos eleitorais para ocupação de cargos tanto do sistema proporcional como do majoritário. Subcampos científicos, como antropologia política, antropologia do Estado e etnologia indígena tem apresentado diversas interpretações sobre o fenômeno político entre os povos indígenas e tribais. No século XIX os evolucionistas social, acreditavam que estas sociedades eram "sem Estado" por não terem complexidade para organizar instituições em tais moldes. Pierre Clastres (1974) defendia que na verdade não havia interesse por parte dos indígenas, por organizações políticas desse tipo e que eram contra um poder centralizado. Nem incluídos, nem completamente alheios aos processos políticos estatais, os povos indígenas, tornaram-se dependentes do Estado para suplantar as desvantagens assimétricas em relação a outros grupos, é o que defende antropólogos interacionistas brasileiros. Neste contexto, o antagonismo, típico dos povos tribais, é substituído por estratégias de negociações com representantes, agentes e instituições do Estado para mitigar os efeitos de ações negativas (do Estado contra os povos indígenas) e possibilitar a reprodução social e persistência étnica. O objetivo deste trabalho é analisar a relação entre Estado e sociedades indígenas através da política eleitoral, expondo a trajetória de tais interação e seus desenlaces. Para operacionalizar tal estudo tomaremos como exemplo a participação do povo Pataxó em processos eleitorais em nível local e regional. Os municípios do extremo sul da Bahia apresentam um evidente descompasso, entre a porcentagem da população indígenas versus a representação parlamentar ou a ocupação no posto majoritário. Diante deste quadro pretende-se elucidar os obstáculos para a representação a nível local e as estratégias e mobilização para suplantar tais obstáculos. É

de interesse ainda, saber como a etnicidade aparece nestes contextos e se a forma de fazer política do "branco" influencia na forma de fazer política no âmbito interno. Nos guiaremos por uma abordagem interacionista e mobilizacionista. Metodologicamente dispomos, como ponto de partida, de pesquisa bibliográfica; entrevistas semiestruturadas com candidatos e análise de material disponível na internet (matérias de jornais, lives, redes sociais, materiais de campanha e dados do TSE).

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

